

Restrição a compra pode incentivar nacionalização

• 9 OUT 1983

Economia - Brasil

DAVID RENAULT
Da sucursal de BRASÍLIA

O governo quer manter restrições às importações de diversos setores, para garantir saldos consideráveis na balança comercial nos próximos anos, mesmo depois da centralização das operações de câmbio no Banco Central — de forma a garantir pagamentos prioritários, como os de compras de petróleo e trigo — e consequente restrição a outras compras mostraram, conforme técnicos governamentais, que o Brasil pode muito bem passar sem várias das importações que tradicionalmente são feitas.

A avaliação é de que vários setores, que se valem de importações de insumos, peças e componentes e equipamentos para a manutenção do processo de produção podem vir a utilizar similares nacionais. Isso foi o que mostrou a centralização cambial, que paralisou importações em algumas áreas.

E evidente que não se consegue nacionalizar insumos, peças, componentes e equipamentos de uma hora para outra e nem nacionalizar tudo, mas, a médio prazo, é possível fazer alguma coisa e o governo e a iniciativa privada já estão tratando do assunto. Há por exemplo, um plano do Conselho de Desenvolvimento Industrial, que permitiria a produção no País de matérias-primas necessárias à fabricação de cerca de 400 produtos farmacêuticos básicos. Hoje, 90% das matérias-primas utilizadas nesse setor são importadas.

ECONOMIA

Na segunda semana de novembro, em São Paulo, haverá uma "Exposição para Nacionalização de Componentes Importados para Máquinas", onde as indústrias apresentarão seus componentes, na tentativa de fazer com que fabricantes nacionais se interessem em produzi-los no Brasil. A Rede Ferroviária Federal também está expondo seus componentes importados aos fabricantes.

O secretário da Indústria e do Comércio de São Paulo, Einar Kok, calcula que, em um ano, pode-se produzir no Brasil peças e componentes para a indústria de máquinas que significariam uma economia de US\$ 300 milhões em importações desse

setor, que, no ano passado, totalizaram US\$ 1,2 bilhão.

Setores governamentais consideram a projeção de Kok até mesmo moderada e acham que o processo de nacionalização desse setor e de outros pode ser acelerado, desde que haja algum tipo de incentivo, ou — a solução mais drástica — que as compras externas sejam simplesmente proibidas. Esse incentivo pode vir sob a forma de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A contenção das importações, este ano, ampliada com a centralização do câmbio no BC, é a principal responsável pelo superávit de US\$ 4,912 bilhões na balança comercial de janeiro até setembro, o que praticamente garante o alcance dos compromissos acertados com o Fundo Monetário Internacional, de um saldo positivo de US\$ 6 bilhões no final do ano.

BALANÇA

As exportações brasileiras nos nove primeiros meses do ano, de US\$ 16,288 bilhões, cresceram US\$ 1,185 bilhão se comparadas com as realizadas no mesmo período do ano passado; mas as importações, de US\$ 11,376 bilhões, diminuíram US\$ 3,372 bilhões. Em 1982, o Brasil exportou US\$ 20,175 bilhões e importou US\$ 19,397 bilhões e a projeção para se alcançar a meta de US\$ 6 bilhões de superávit, este ano, é de exportações de US\$ 23 bilhões, com importações de US\$ 17 bilhões.

Com um grande esforço, é possível ampliar as exportações e os resultados deste ano estão mostrando isso. No governo, porém, existem setores que acham que restrições às importações, até mesmo reduzindo o limite global importado abaixo de US\$ 17 bilhões, são imprescindíveis para se garantir o compromisso que o Brasil assinou com o Fundo Monetário Internacional e a comunidade financeira, de um superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial de 1984.

Além disso, raciocina-se no governo, a nacionalização de determinados insumos, peças, componentes e equipamentos significará mais produção interna, mais renda e mais emprego. Não há por que então, deixar de restringir as importações e incentivar, de alguma forma, a produção.